



HEMOPE

Técnico em Enfermagem

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto. Tipos e gêneros de texto.....	1
Variações linguísticas.	29
Funções da linguagem.	32
Coesão e coerência textuais.	34
Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico):. Emprego de letras; Uso de maiúsculas e minúsculas; ..	36
Acentuação tônica e gráfica.	39
Pontuação.....	39
Fonologia e fonética: Letra e fonema; Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos.....	42
Morfologia: Elementos mórficos e processos de formação de palavras;	44
Classes de palavras	49
Sintaxe: Termos das orações; Orações coordenadas e subordinadas... ..	57
Concordância nominal e verbal.	60
Regência nominal e verbal.	62
Crase.	63
Semântica: Denotação e conotação; Sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia.	
Polissemia e ambiguidade.	64
Figuras de linguagem.	65
Questões	71
Gabarito.....	78

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SUS

Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal.....	1
Controle social no SUS.....	15
Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.	19
Constituição Federal, artigos de 194 a 200.	25
Lei Orgânica da Saúde - Lei no 8.080/1990	30
Lei no 8.142/1990.....	50
Decreto Presidencial no 7.508, de 28 de junho de 2011	53
Determinantes sociais da saúde.....	60
Sistemas de informação em saúde	61
Questões	74
Gabarito.....	79

SUMÁRIO



ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO- LEI Nº 6.123/68

Estatuto dos funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco- Lei nº 6.123/68	1
Conceito de Estado e normatividade constitucional e princípios aplicáveis (Art. 37/CF88)	47
Pirâmide a normativa	59
Serviço Público, competências constitucionais afetas aos serviços públicos. Serviços Públicos. Noções gerais e princípios básicos aplicáveis. O princípio da continuidade. O princípio da modicidade das tarifas. Classificação dos serviços públicos. Características do serviço público. Formas e meios de prestação do serviço	60
Os órgãos públicos independentes. Os órgãos públicos autônomos. Os órgãos públicos superiores. A Administração Direta. Administração Indireta ou Administração Descentralizada. Conceito de Autarquias. Conceito de agências reguladoras (autarquias em regime especial). Conceito de fundações públicas e privadas mantidas pelo Poder Público. Conceito de empresas públicas e as sociedades de economia mista	82
Terceiro Setor. Conceito de organizações sociais (Lei 9.637/1998)	89
Conceito de organizações da sociedade civil de interesse público (Lei 9.790/1999)	97
Conceito de Parceria Público Privadas – LEI estadual Nº 12.765, DE 27 DE JANEIRO DE 2005	103
Ação Direta de Inconstitucionalidade 1923, questionava a constitucionalidade da Lei nº 9.637/98	114
Servidores Públicos. Função Pública. Agentes Públicos. Espécies de Agentes Públicos. Distinção entre Cargo Público e Função Pública. Direito do Titular do Cargo Público. Seleção de Pessoal para Trabalhar na Seara Pública. Concurso. Provimento. Nomeação. Estágio Experimental ou Probatório. Estabilidade. Posse. Exercício. Vacância. Exoneração. Demissão. Institutos Peculiares do Regime Jurídico Estatutário. Direitos do titular do cargo. Deveres dos Funcionários. Responsabilidades e Penalidades. Processo Disciplinar. Acumulação de Cargos	122
Estatutário X Justiça do Trabalho	146
Assédio Moral	147
Questões	154
Gabarito	157

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Código de Ética em Enfermagem.	1
Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986	13
Decreto no 94.406, de 8 de junho de 1987.	17
Enfermagem no centro cirúrgico. Recuperação da anestesia. Central de material e esterilização. Atuação nos períodos pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório. Atuação durante os procedimentos cirúrgico- anestésicos.. Materiais e equipamentos básicos que compõem as salas de cirurgia e recuperação anestésica. . Rotinas de limpeza da sala de cirurgia. Uso de material estéril. Manuseio de equipamentos: autoclaves; seladora térmica e lavadora automática ultrassônica.....	22



Noções de controle de infecção hospitalar.	35
Procedimentos de enfermagem. Verificação de sinais vitais, oxigenoterapia, aerossolterapia e curativos.	42
Administração de medicamentos.	55
Coleta de materiais para exames.	72
Enfermagem nas situações de urgência e emergência. Conceitos de emergência e urgência. Estrutura e organização do pronto socorro. Atuação do técnico de enfermagem em situações de choque, parada cardiorrespiratória, politrauma, afogamento, queimadura, intoxicação, envenenamento e picada de animais peçonhentos.	95
Enfermagem em saúde pública. Política Nacional de Imunização.	183
Controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis.	194
Atendimento aos pacientes com hipertensão arterial, diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade, doença renal crônica, hanseníase, tuberculose, dengue e doenças de notificações compulsórias.	254
Programa de assistência integrada a saúde da criança, mulher, homem, adolescente e idoso.	331
Conduta ética dos profissionais da área de saúde.	486
Princípios gerais de segurança no trabalho.	486
Prevenção e causas dos acidentes do trabalho.	511
Princípios de ergonomia no trabalho.	519
Códigos e símbolos específicos de Saúde e Segurança no Trabalho.	525
Questões	530
Gabarito	539

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!



Legislação Aplicada ao SUS

LEI FEDERAL Nº. 8142/1990

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.



O controle social é uma diretriz e princípio do SUS. É o mecanismo de participação da comunidade nas ações de saúde em todas as esferas de governo. De forma institucionalizada temos: os conselhos e as conferências de saúde.

Art. 1º - O Sistema Único de Saúde - SUS de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

- I - A Conferência de Saúde, e
- II - O Conselho de Saúde.



1º - A Conferência de Saúde reunir-se-á cada 4 anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho de Saúde.

**LEI Nº 6.123, DE 20 DE JULHO DE 1968.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A presente Lei institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado.

Art. 2º Para os efeitos deste Estatuto:

I - funcionário público é a pessoa investida em cargo público;

II - cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, com as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado;

III - classe é o conjunto de cargos iguais quanto à natureza, grau de responsabilidade e complexidade de atribuições;

IV - série de classes é o conjunto de classes semelhantes, quanto à natureza, grau de complexidade e responsabilidade das atribuições, constituindo a linha natural de promoção do funcionário;

V - grupo ocupacional é o conjunto de séries de classes e classes únicas, de atividades profissionais, correlatas ou afins quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho;

VI - serviço é a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a identidade, a similitude ou a conexão das respectivas atividades profissionais;

VII - especificação de classe é o conjunto de atribuições, responsabilidades e demais características pertinentes a cada classe, compreendendo ainda, além de outros, os seguintes elementos: denominação, código, exemplos típicos de tarefas, qualificações exigidas, forma de recrutamento e linha de promoção;

VIII - reclassificação é a transformação de cargo efetivo em outro, ou a justaposição de cargo em outra classe, ou série de classes, tendo em vista a conveniência do serviço.

Art. 3º Os cargos podem ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão.

§ 1º Os cargos de provimento efetivo se dispõem em classes, que podem se agrupar em séries de classes, ou formar classe única.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão compreendem:

I - cargos de direção e de chefia das repartições públicas;

II - cargos de assessoramento, de Chefe de Gabinete e de Oficial de Gabinete;

III - outros cargos, cujo provimento, em virtude da Lei, dependa de confiança pessoal.

Art. 4º Cargo de natureza técnica ou científica é aquele para cujo provimento e exercício é exigido, concomitantemente: (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 387, de 24 de abril de 2018.)



Conhecimentos Específicos



g. Captação, Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos.

O que é doação de órgãos?



Doação de órgãos é um ato nobre que pode salvar vidas. Muitas vezes, o transplante de órgãos pode ser única esperança de vida ou a oportunidade de um recomeço para pessoas que precisam de doação. É preciso que a população se conscientize da importância do ato de doar um órgão. Hoje é com um desconhecido, mas amanhã pode ser com algum amigo, parente próximo ou até mesmo você. Doar órgãos é doar vida.

O transplante de órgãos é um procedimento cirúrgico que consiste na reposição de um órgão (coração, fígado, pâncreas, pulmão, rim) ou tecido (medula óssea, ossos, córneas) de uma pessoa doente (receptor) por outro órgão ou tecido normal de um doador, vivo ou morto.

O que é morte encefálica?

A morte encefálica é a perda completa e irreversível das funções encefálicas (cerebrais), definida pela cessação das funções corticais e de tronco cerebral, portanto, é a morte de uma pessoa.